



POLÍTICAS PÚBLICAS

Relatório da FAO indica subnutrição abaixo de 2,5% e aponta impacto de políticas públicas na reversão do quadro alimentar no país. No mundo, estima-se que 673 milhões de pessoas enfrentaram a fome em 2024

Brasil volta a sair do mapa da fome

» ALÍCIA BERNARDES*

MINERVINO JUNIOR/CB/DA.PRESS

O Brasil voltou a sair do Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas (ONU), segundo dados divulgados, ontem, no relatório O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo 2025, elaborado pela FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura). O levantamento considera a média de dados entre 2022 e 2024 e indica que o percentual da população em situação de subnutrição ficou abaixo de 2,5%, limite estabelecido pelo organismo internacional para classificar países em condição de fome severa.

A conquista foi anunciada durante a 2ª Cúpula de Sistemas Alimentares da ONU, realizada em Adis Abeba, capital da Etiópia. O Brasil deixou o Mapa da Fome pela primeira vez em 2014, após uma década de políticas públicas voltadas à segurança alimentar. No entanto, voltou a figurar na lista no triênio 2018-2020, por descontinuidade de programas sociais e agravamento da pobreza. Em apenas dois anos, o governo conseguiu reverter o cenário, avalia o ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Wellington Dias. "Mostramos que, com o Plano Brasil Sem Fome, muito trabalho duro e políticas públicas robustas, foi possível alcançar esse objetivo", afirmou.

Entre os fatores apontados como determinantes para a saída do Mapa da Fome, estão o fortalecimento do Bolsa Família, a valorização do salário mínimo, o incentivo à agricultura familiar e a ampliação da alimentação escolar. De acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), em 2024, das 1,7 milhão de vagas com carteira assinada criadas no país, mais de 98% foram preenchidas por pessoas inscritas no Cadastro Único. Desses, 75% eram beneficiários do Bolsa Família. A melhoria nos indicadores também se refletiu na redução da pobreza extrema, que caiu a 4,4% em 2023, e na taxa de desemprego, que atingiu o menor nível desde 2012: 6,6%.

Especialista em políticas públicas, o professor Alexandre Cunha, da Universidade Católica de Brasília, avalia que a retomada de um conjunto de ações integradas foi essencial para o país reverter o quadro. "Não é apenas uma questão de transferência de renda. É preciso políticas de geração de emprego, valorização do salário mínimo, apoio à agricultura familiar



O país saiu da lista em 2014, mas voltou entre 2018 e 2020

Joedson Alves/Ag.ncia Brasil



Segundo Dias, "políticas públicas robustas" diminuíram a pobreza

e fortalecimento da merenda escolar. A fome no Brasil está muito mais presente no campo do que na cidade. E a agricultura familiar é responsável pela maior parte da produção de alimentos que chega às cidades", explica.

Segundo Cunha, o impacto da pandemia e de cortes em programas sociais durante os anos anteriores comprometeu a estabilidade alimentar da população mais vulnerável. "As crianças que dependiam da merenda escolar foram

prejudicadas, e os efeitos da pandemia se somaram à descontinuidade de políticas. Agora, com a retomada e a articulação entre União, estados e municípios, foi possível reverter o cenário", acrescenta.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, classificou a saída do Brasil do Mapa da Fome como "a melhor notícia do dia" e disse que a meta do governo é encerrar o mandato, em 2026, com todas as famílias brasileiras bem alimentadas. A ministra da Secretaria de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, também celebrou o resultado. "O país não será grande e desenvolvido se parte considerável da população passar fome", afirmou.

Além das ações domésticas, o governo federal tem investido em cooperação internacional. Durante a presidência do G20, em 2024, o Brasil lançou a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, que reúne mais de 100 países, instituições financeiras e organizações internacionais. A iniciativa busca promover o intercâmbio de tecnologias e políticas sociais com foco no cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

(ODS) até 2030.

Apesar do avanço, o professor Alexandre Cunha alerta que o cenário ainda exige atenção. "Estamos numa curva ascendente, com melhora contínua, mas é fundamental garantir a continuidade das políticas. Como já vimos no passado, descontinuidades podem nos fazer regredir. A segurança alimentar precisa ser tratada como prioridade de Estado, não apenas de governo", concluiu.

Mundo

O relatório estima que cerca de 673 milhões de pessoas tenham enfrentado a fome no mundo em 2024, o que corresponde a 8,2% da população mundial. O número representa queda em relação aos 8,5% registrados em 2023 e aos 8,7%, em 2022. A fome continuou a aumentar na maioria das sub-regiões da África e da Ásia Ocidental. A fome, no entanto, continuou a aumentar na maioria das sub-regiões da África e da Ásia Ocidental, segundo o documento.

CFM proíbe anestesia em tatuagem

O Conselho Federal de Medicina (CFM) proibiu o uso de anestésicos nos procedimentos de tatuagem. A proibição, expressa na Resolução CFM 2.436/2025, foi publicada nesta segunda-feira (28/7) no Diário Oficial da União.

Segundo o documento, o médico não pode aplicar sedação, anestesia geral ou bloqueios anestésicos periféricos, independente do local ou tamanho da tatuagem. São exceções as tatuagens de reconstrução com indicação médica, como a pigmentação da auréola da mama após cirurgias oncológicas.

"A participação médica nesses contextos, especialmente envolvendo sedação profunda ou anestesia geral para a realização de tatuagens, configura um cenário preocupante, pois não existe evidência clara de segurança dos pacientes e à saúde pública", declara o presidente do CFM, José Hiran Gallo.

De acordo com o especialista, viabilizar tatuagens de grande extensão, que seriam impossíveis de tolerar sem anestesia, pode aumentar o risco de absorção de pigmentos e metais pesados, como cádmio, níquel, chumbo e cromo, além de outros componentes da tinta. Esses metais podem ter efeitos tóxicos, alguns, ainda pouco estudados. Entre os riscos, estão "toxicidade crônica, reações inflamatórias persistentes, granulomas, alergias retardadas e possível risco carcinogênico".

O médico ressalta ainda que o procedimento de anestesia deve ser feito em estabelecimentos de saúde com infraestrutura adequada, o que usualmente não acontece nos casos de tatuagens. No caso das tatuagens reparadoras, o procedimento segue condições rigorosas, como avaliação pré-anestésica e uma equipe treinada para suporte.

Promessa de filas menores

» CAETANO YAMAMOTO*

Planos de saúde que possuem dívidas com o Sistema Único de Saúde (SUS) podem ter o valor abatido em troca de oferecer serviços médicos para os pacientes da rede pública. Ontem, o Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, o Advogado-geral da União, Jorge Messias, e a Presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), Carla de Figueiredo Soares, assinaram, ontem, a portaria contendo os novos componentes do programa Agora Tem Especialistas.

As novas adições, segundo informou Padilha, buscam diminuir a fila e aumentar a qualidade e eficiência dos serviços médicos prestados. Podem ser oferecidos serviços médicos, como consultas, exames e cirurgias

realizadas por planos de saúde. As principais ofertas ambulatoriais e cirúrgicas são oncologia, ginecologia, cardiologia, ortopedia, oftalmologia e otorrinolaringologia, também será levada em conta a necessidade de cada município ou estado.

O Ministério da Saúde tem como meta inicial para 2025 converter em atendimento R\$ 750 milhões de um total de R\$ 1,3 bilhão de dívidas da iniciativa privada. Para evitar a pulverização, para receberem do programa, os planos de saúde devem realizar mais de 100 mil atendimentos por mês, aquelas que executarem abaixo de 90% em 90 dias sofrerão multas de 10% e serão excluídas se o mesmo acontecer durante 180 dias.

O serviço será distribuído por necessidade de cada região, Norte com 8%, Nordeste com 24%,

Centro-Oeste com 10%, Sudeste com 36,5% e Sul com 11,5%.

"É um marco histórico para Agência Nacional de Saúde Suplementar participar desse programa, a possibilidade de, através de integração e interoperabilidade de dados, trazer uma visão unívoca da saúde da população brasileira. Iremos promover ou ampliar a efetividade do direito constitucional da saúde" disse a Presidente da ANS, Carla de Figueiredo Soares.

Hoje, a Rede Nacional de Dados em Saúde (RNDS) tem 2,8 bilhões de registros — 1,5 bilhão de dados sobre vacinas, 75 milhões de registros de exames e 463 milhões de registros de atendimentos — a expectativa é, após o envio dos dados, que chegue a marca de 5,3 bilhões de registros. São 22 estados e 3.805 municípios

João Risi / MS



A portaria permite aos planos abaterem débitos em troca de atendimento

integrados ao RNDS.

O Advogado-geral da União, Jorge Messias, destaca o intenso trabalho feito entre as duas equipes, da Advocacia-Geral da União e Ministério da Saúde. "Estamos falando de um instrumento de trabalho extraordinário", Messias

completa. O Ministro da Saúde, Alexandre Padilha caracterizou o programa como "a maior mobilização da saúde pública e privada na história do nosso país."

Estagiária sob supervisão de Edla Lula

» Morre jornalista Marcelo Beraba

Morreu, ontem, no Hospital Copa D'Or, no Rio de Janeiro, aos 74 anos, o jornalista Marcelo Beraba, que ao longo de mais de cinco décadas sintetizou o planejamento, a qualidade de apuração e a ética no jornalismo nacional. Passou por diversos veículos de comunicação, como *O Globo*, *TV Globo*, *Jornal do Brasil*, *Folha de S. Paulo* e *Estadão*. Atuou nas redações do Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília. Nascido no Rio de Janeiro, Beraba iniciou a carreira em 1971, como repórter do jornal *O Globo*, ainda concluindo o curso de Comunicação na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O jornalista foi um dos fundadores da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji).